

## **Acta número três**

Aos catorze dias do mês de Janeiro de dois mil e quinze, pelas quinze horas, reuniu o Conselho Municipal de Educação, conforme convocatória expressa previamente enviada a todos os conselheiros.

A presidente abriu a reunião e comunicou aos presentes que as representantes dos docentes do ensino secundário e do ensino básico, Maria da Fé e Augusta Trigueiro foram substituídas por Manuel Hermenegildo Costa e Maria Manuela Marques respetivamente.

De seguida a Presidente do órgão informou que, atendendo a que a ata da reunião anterior distribuída em suporte de papel não foi enviada em suporte digital, como tinha sido acordado, a mesma seria aprovada na próxima reunião, pelo que se passaria para o segundo ponto da ordem de trabalhos.

Em conformidade com o ponto dois da ordem de trabalhos, **Balanço do arranque Ano Lectivo 2014/15**, a presidente do órgão passou a palavra ao Dr. Aristides Sousa, representante da DGEstE.

O Delegado Regional de Educação comunicou aos presentes:

- que ocorreram dois movimentos da rede, o encerramento da EB1/JI de Portela Suzã e a EB1 de Serreleis;
- que, no âmbito da oferta educativa, 62% dos alunos frequentam áreas prioritárias e 31% na 2ª prioridade;
- que está em curso o procedimento para a substituição de coberturas de fibrocimento nas Escolas;
- que está concluído o processo de transição das Comissões Administrativas Provisórias para Direcções das Escolas nos Agrupamentos de Monte da Ola e Monserrate;
- que se verificou um acentuado decréscimo da comunidade discente, em consequência da redução da taxa de natalidade bem como do forte reflexo da emigração e migração;

- que, considerando o quadro de redução de alunos, será insustentável a manutenção da oferta do ensino secundário em todas as escolas onde hoje existe;

- que a proposta da rede escolar para o novo ano letivo deverá ser apresentada até 15 de Abril e que deverá consistir num documento que espelhe os pareceres da CIM Alto Minho, DGESTE, CM e Directores dos Agrupamentos de Escolas;

- que em relação aos encargos assumidos pela DGESTE a transferir à autarquia, informou que a despesa com a CAF está liquidada, bem como os transportes escolares do 3º ciclo e o Programa de Generalização das Refeições.

A Presidente do Conselho apresentou de seguida um documento aos conselheiros com elementos caracterizadores de todos os agrupamentos, estabelecimentos de educação e ensino e número de alunos por níveis de ensino. Informou, ainda, que, no âmbito da acção social escolar, são beneficiários do escalão A 802 alunos/crianças e 874 do escalão B.

De seguida a Dr.<sup>a</sup> Maria José Guerreiro deu nota de que no presente ano lectivo, a autarquia avançou com um plano de apoio a famílias numerosas, traduzindo-se na gratuidade do serviço de actividades de animação e apoio à família, na educação pré-escolar que abrange um universo de 486 crianças e no apoio complementar no custo das refeições, sendo que esta medida apoia 298 Alunos com a redução de 25% no custo das refeições (por se tratar de famílias com dois educandos) e 9 alunos com redução de 50% no custo das refeições (por se tratar de famílias com três ou mais educandos).

Posteriormente, a Presidente do CME, apresentou os projetos municipais no âmbito da educação, em desenvolvimento no ano letivo 2014/15, sendo que no Projeto da Náutica nas Escolas estão envolvidos 529 alunos (2º ciclo) e 514 alunos (3º CEB e secundário), no Projecto Natação, 1391 alunos (1ºCEB), no Projecto Atletismo, 748 alunos (1ºCEB) e no Projeto de Iniciação à Música, 1023 crianças (EPE) representando todo o universo neste nível de ensino.

Em conformidade com o último ponto da ordem de trabalhos **“Outros assuntos”**, a Vereadora do Pelouro da Educação informou que a CM está a desenvolver o processo de monitorização da carta educativa, sublinhando ao mesmo tempo que as várias propostas de reordenamento apresentadas pela

DGEstE, no ano anterior, não receberam aceitação por parte da autarquia em resultado das novas realidades organizacionais, quer a nível de freguesias quer a nível de Agrupamentos e do facto de se entender que este processo deve coincidir com a conclusão do estudo da carta educativa.

Referiu que o gabinete contratado pela autarquia para a monitorização da carta educativa, durante o primeiro período fez, ao nível do concelho o reconhecimento e a caracterização dos fluxos, de que resultará uma diagnóstico e que numa segunda fase procederá à prospecção de outros fluxos. Perspetiva-se a conclusão do estudo do reordenamento da rede em Março/Abril. Logo que recebido será apresentado ao órgão.

O Dr. Aristides acrescentou que o desejável seria que as comunidades educativas estivessem devidamente informadas sobre a rede no ato das matrículas.

Relativamente às obras para substituição de coberturas de fibrocimento nas Escolas de Ensino Básico e Jardins de Infância do concelho, a Dr. Maria José comunicou que Câmara Municipal de Viana do Castelo lançou um concurso público de empreitada e que as intervenções deverão ficar concluídas até Julho de 2015. Ciente dos constrangimentos que advêm da realização de obras em tempo de aulas, a CM reunirá com todos os Agrupamentos e Juntas de Freguesia envolvidas oportunamente, no sentido de providenciar transportes e serviço de refeições para os alunos que frequentem as escolas intervencionadas em tempo letivo e que terão de encontrar um espaço alternativo durante a execução das obras.

Por último, a Presidente do órgão passou a palavra aos conselheiros que pretendessem debater algum assunto. A representante dos docentes do ensino pré-escolar referiu a preocupação das educadoras de Infância resultante da gratuidade da CAF, pois consideram que o serviço gratuito contribuiu para o aumento considerável do número de crianças inscritas nas actividades de animação e apoio à família, sendo que, no entanto, os recursos quer físicos quer matérias para o serviço, não foram reforçados.

Sobre este assunto, o Director Regional sublinhou que a CM faz um esforço extraordinário na oferta do serviço gratuito, pelo que outras exigências deverão ser feitas com alguma parcimónia.

A Vereadora informou que ficou registada a preocupação das educadoras de infância e que a CM irá proceder à análise da questão.

A Representante dos Docentes do Ensino Pré-escolar referiu ainda que lhe tinha sido comunicada a escassez de recursos humanos no Agrupamento de Escolas do Monte da Ola. O conselheiro Isaías Alves informou que o referido Agrupamento tem 3 elementos não docentes em superavit e que a eventual falta de pessoal não docente em algum estabelecimento terá de ser analisada no âmbito da gestão interna do AE.

A Conselheira Maria Conceição Costa, representante do ensino pré-escolar, referiu que a diferença de carga horária laboral entre o pessoal pertencente ao quadro ministério e da autarquia tem acarretado alguns constrangimentos. A Vereadora informou de que não é da competência do CME emitir parecer sobre o assunto. A conselheira Flora Silva ressaltou que poderá ser conveniente que o órgão alertasse o MEC para a referida desigualdade.

A Conselheira Manuela Coutinho comunicou aos presentes que não existe no concelho de Viana do Castelo nenhuma criança referenciada para o reforço alimentar. Aristides Sousa esclareceu que, não obstante a existência de um programa educativo de reforço alimentar (PERA), em algumas escolas as carências alimentares dos alunos são devidamente identificadas pelos Diretores e supridas através da mobilização de receitas próprias das escolas.

A Presidente do órgão solicitou aos representantes dos docentes a divulgação do programa PERA junto dos Agrupamentos de Escolas.

O Conselheiro Júlio Viana solicitou o envio das actas para posterior divulgação às Instituições que representa. Comunicou, ainda, que a APPACDM possuiu um Centro Educativo com cinco alunos com necessidades educativas especiais e dois alunos a aguardar a colocação de um docente. Situação já comunicada ao Ministério, tendo o MEC/DGEstE informado a Instituição de que a professora pretendida pela Instituição já estava colocada.

O Representante da DGEstE informou ainda que dos dois alunos referenciados, apenas um se encontra a aguardar vaga na instituição, o outro aluno por motivos de saúde não poderá, ainda, frequentar a instituição.

Adiantou que quando estiveram reunidos os requisitos necessários, será destacado um docente para a APPACDM.

A Representante dos Docentes do Ensino Pré-escolar referiu lhe tinha sido dada a informação de que o horário de aquecimento da EB1 de Castelo de Neiva e da EB1/JI de Santa Maria de Geraz do Lima está desajustado e que seria conveniente que nas interrupções lectivas se mantivesse o aquecimento ligado dado que o pessoal docente se encontra a trabalhar nos estabelecimentos de educação e ensino.

O Conselheiro Isaiás Alves informou que, em tempo oportuno, foi aplicado um inquérito às escolas para averiguar a necessidade de alteração de horários de aquecimento que vigorara no ano anterior, tendo sido rececionados apenas três inquérito devidamente preenchidos. Na ausência de resposta considerou-se de que os horários praticados estavam perfeitamente ajustados às necessidades.

Por último, a presidente do CME solicitou ao representante da DGEstE esclarecimentos sobre a descentralização de competências.

O Conselheiro Aristides Sousa esclareceu que não obstante a tentativa legislativa de regulamentação, através da Lei 159/99, a descentralização é uma tarefa constitucional ainda pouco concretizada. Na pretensão de se analisar as possibilidades de descentralização, o governo realizou um estudo piloto com 6 municípios em que Viana do Castelo não está incluído. O conceito da descentralização enquadra-se num outro projecto educativo municipal e operacionalizar-se-á no alargamento das competências, sobretudo ao nível do pessoal não docente.

O Representante da DGEstE comunicou ao presentes que por falta de recursos, não tem sido possível agendar a reunião da comissão de acompanhamento e controlo do contrato de transferências, atribuições e competências em matéria de educação, informando considerar prioritário transformar a residência de estudantes num equipamento ao serviço da educação e do município.

E nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a presente reunião de que para constar se lavrou a presente ata.

Viana do Castelo, 14 de Janeiro de 2015